

## **FRAGMENTO DE REFORMA AGRÁRIA: A construção do Assentamento Rio Bujaru sobreposto ao território comunitário de Arapiranga em Concórdia do Pará**

Rafael Benevides de Sousa<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como objetivo compreender o Projeto de Assentamento Rio Bujaru na comunidade rural de Arapiranga, no município de Concórdia do Pará, nordeste paraense. A partir da pesquisa de campo, notamos que o PA Rio Bujaru foi sobreposto à comunidade rural de ocupação bastante antiga, revelando uma disposição do Governo Federal pela regularização de terras tradicionalmente ocupadas. No decorrer do trabalho, discorreremos sobre alguns conflitos gerados pós-assentamento, bem como as estratégias camponesas de se manterem na terra.

**Palavras-chave:** Comunidade rural, Assentamento, Campesinato.

### **Introdução**

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada na comunidade Arapiranga no Município de Concórdia do Pará, entre 2013 e 2014. O objetivo aqui, dar-se em compreender como tem se dado o Projeto de Assentamento Rio Bujaru oficializado pelo INCRA na referida comunidade, entendendo-a como um território tradicionalmente habitado.

Nesse processo, notamos que o Governo Federal, tem optado pela regularização fundiária por meio do reconhecimento de famílias já territorializadas em suas perspectivas propriedades. A comunidade de Arapiranga é fruto de uma ocupação antiga, que se desenvolveu na Bacia hidrográfica do Rio Bujaru, geradas a partir das políticas pombalinas para a Amazônia e também de ocupações espontâneas.

Deste modo, notamos que no caso do PA Rio Bujaru, não se constitui por meio da desapropriação do latifúndio, mas pelo reconhecimento e demarcação da terra camponesa da referida comunidade.

Como metodologia, utilizamos a pesquisa de campo. Por meio deste método, realizamos diversas visitas na comunidade, participando de reuniões da associação e com entrevistas com os camponeses e as lideranças. Através da atividade de campo e documental no INCRA, obtivemos grande parte dos resultados aqui trazidos.

O artigo está dividido em duas sessões. Na primeira, discorreremos acerca da ocupação e do processo de formação da comunidade imerso ao regime dos rios e das ações

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense. E-mail: benevidessousa@gmail.com

em comunidade. Mais a frente, dissertamos sobre o processo de criação do Projeto de Assentamento do Rio Bujaru sobreposto à comunidade de Arapiranga.

Na relação comunidade-assentamento, perceberemos que constitui um novo componente social e político na comunidade, materializando a “intervenção” do Estado na legalização da propriedade camponesa, além dos benefícios adquiridos pós-assentamento e estratégias de permanecer na terra.

### **O igarapé Arapiranga e a gênese de uma comunidade camponesa**

Podemos dividir a formação do espaço amazônico em dois momentos históricos distintos. O primeiro, orientado pelos dos rios onde se desencadeou uma composição geográfica ribeirinha e essencialmente extrativista. O segundo momento foi marcado pelo eixo rodoviário, no contexto da integração nacional, o que fomentou uma série de mudanças estruturais na região.

Até o início do século XX, a exploração da Amazônia ocorreu de forma ocasional, originando uma economia de ciclos, sendo as drogas do sertão e a borracha os produtos que mais marcaram a história regional nos primeiros séculos (LOUREIRO, 1989). Nesse período, era pelos rios que ocorria toda a dinâmica regional, sendo o transporte fluvial o principal meio de mobilidade de pessoas e da produção, além de ser o ponto de referência para a construção de vilas e cidades<sup>2</sup>.

No século XVIII com a intervenção do Marques de Pombal, a Coroa Portuguesa estabeleceu algumas medidas políticas, a fim de legitimar seu domínio territorial na região. A partir de então, “tem início uma nova fase na adequação da Amazônia ao domínio colonial português. Dessa vez, o caráter mercantil se torna mais evidente com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão” (GONÇALVES, 2008, p. 82).

Durante o governo pombalino foram implementados vários projetos na Amazônia. Foi introduzido na região um modelo de desenvolvimento que modificaria a sociedade até então estabelecida. Entre as medidas postas em práticas estão a concessão de cartas de dattas

---

<sup>2</sup> “As cidades da Amazônia, das quais Belém era a mais expressiva, estavam situadas às margens dos rios, em pontos estratégicos que serviam de base para a defesa do vasto território a sua volta, além de disporem de um porto que servia à comercialização” (LOUREIRO, 1989, p. 11).

de sesmarias<sup>3</sup>, introdução de mão-de-obra escrava, estímulo à produção agrícola, entre outras ações. Vislumbra-se, a partir de então, o começo de uma produção agrícola, estabelecendo o processo de ocupação às margens dos rios e seus tributários (GONÇALVES, 2008).

Gonçalves (2008, p. 82) assinala que “ao longo das várzeas emerge um sistema, que combina o extrativismo da floresta, a pesca e a agricultura, articulado, por meio dos regatões, com as vilas e cidades”. Desse modo, a Amazônia seguiu esta tendência imersa em um sistema de policultura agroflorestal de influência indígena, que fomentou o comércio nesse período.

A formação dos povoados mais antigos do vale amazônico encontra-se próximo a capital paraense. A partir desta cidade, irradiou-se pelas margens dos rios uma produção agrícola e a fabricação de açúcar e aguardente, que visava abastecer tanto o mercado interno como externo. “As terras baixas do rio Guajará (nome que também recebia o rio Guamá) foram propícias para o cultivo da cana-de-açúcar e estava partilhado por diversos sítios com seus engenhos e engenhocas dedicadas à fabricação de açúcar e aguardente” (MARIM, 2000, p. 3).

É em meio a esta dinâmica regional que se formará o campesinato amazônico, estabelecendo-se, primeiramente, as margens de rios e igarapés, desenvolvendo uma produção diversificada orientada tanto para a sustentação familiar como também para o mercado interno (Belém, Santarém e Manaus) e externo. Nesse momento, nasceram várias comunidades rurais e freguesias que estimularam a produção agrícola e, por meio do sistema de roças, produziam arroz, feijão, milho, farinha de mandioca e o cultivo e a extração de frutos (castanha, cupuaçu, bacuri etc.).

A ocupação do nordeste paraense<sup>4</sup> é marcada, em um primeiro momento, pela presença de propriedades camponesas que se destacam como uma das mais significativas da Amazônia, sendo a zona Guajarina uma das áreas pioneiras nesse processo. Isso se deve à formação de uma organização social diferente do sistema extrativista tradicional amazônico, sendo a propriedade camponesa um instrumento para pôr em prática os projetos agrícolas que iriam abastecer Belém e a sociedade da seringa (HÉBETTE E MORREIRA, 2004). Dessa forma, o nordeste paraense vai se destacar como uma área fornecedora de produtos agrícolas, distanciando-se do modelo econômico da Amazônia extrativista.

<sup>3</sup> Documento de posse de terras que era concedido para pessoas residirem nas freguesias próximas à Belém e rios adjacentes.

<sup>4</sup> O nordeste paraense era, primeiramente, dividido em três zonas: Bragantina, Salgado e Guajarina.

O processo de ocupação da zona Guajarina foi acompanhado pelo estabelecimento de médias e grandes propriedades, que propiciou o aparecimento de fazendas e engenhos que deram início aos núcleos rurais ao longo dos rios e igarapés próximos a capital paraense. A expansão dessas propriedades impulsionaram as atividades agrícolas na região, consolidando o povoamento (CASTRO, 2003).

Para Cañete (2005b, p. 6) “nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta do século XX a zona guajarina configurou-se como uma das áreas responsáveis pelo abastecimento de Belém. Arroz e farinha de mandioca representavam o excedente exportado para a capital”. Deste modo, a zona Guajarina destacou-se como uma importante região fornecedora de alimentos, oriundos principalmente da pequena agricultura.

A formação territorial do município de Concórdia do Pará<sup>5</sup> segue essa trajetória da região Guajarina, resultando de um fluxo partindo de Belém, subindo o rio Guamá e adentrando em seus tributários, desenhando no espaço, por meio dos inúmeros igarapés, uma rede de vilas que formaram, posteriormente, as atuais comunidades rurais que compõem os municípios.

A comunidade de Arapiranga é um reflexo desse processo, que localizada às margens do igarapé Arapiranga, a comunidade de mesmo nome, tem sua gênese ligada à ocupação do rio Bujaru que, ocorreu a partir do século XVIII. Por intermédio dos relatos dos moradores da comunidade e referências de pesquisa histórica antropológica na região (CASTRO, 2003, 2006), inferimos que a ocupação do território, que hoje compõe a comunidade, se deu fora do sistema de Sesmaria, que se sucedeu ao longo do rio Bujaru. Sua ocupação primária foi formada por posseiros que adentaram pelo igarapé e demarcaram suas terras de forma livre.

Eles tinham uma metragem assim, fumavam no cachimbo né, aí eles tinham um cachimbo grandão, aí eles enchiam de tabaco e acendiam lá do igarapé e vinham até onde terminava, chamavam terra da cachimbada (Maria das Graças da Costa Belém, 13 de julho de 2013).

Maria das Graças sinaliza como foi realizada a ocupação de Arapiranga. Nesse período (especula-se que seja ainda no século XIX), os posseiros forjavam uma linha divisória, definindo o limite das propriedades a por meio de árvores de grande porte (castanheira, sumaumeira, bacurizeiro, entre outras).

---

<sup>5</sup> O município de Concórdia do Pará era distrito do município de Bujaru, obtendo sua emancipação político-administrativa em 1988.

Podemos concluir que as famílias foram adentrando pelo igarapé e demarcando seus espaços, fixando residências e constituindo intercâmbio com os vizinhos mais próximos e com a freguesia de Santana.

De certa forma, a ocupação que se deu em Arapiranga muito se assemelha ao exposto por Velho (1979) em seus estudos na fronteira da Amazônia. Para o autor,

Esses indivíduos tenderam a penetrar para o interior buscando terra livre longe dos rios principais onde se concentrava a maior parte das atividades tradicionais. Isso constituiu um fato novo e muito importante na ocupação da Amazônia, que imperceptivelmente enunciava uma nova era.

O seu padrão de ocupação consistia em indivíduos ou pequenos grupos de homens que penetraram na floresta, buscando um local favorável para se estabelecerem. Após uma busca que podia levar bastante tempo e exigir muito esforço, em geral escolhiam um lugar próximo a um riacho (igarapé) ou lagoa. Seria em geral num terreno que contivesse barro, considerado bom para a produção agrícola e para a criação de porcos, além de ser bom material de construção (VELHO, 1979, p. 201).

Velho nos dá subsídio para entender a entrada das primeiras famílias em Arapiranga, constituindo num primeiro momento núcleos familiares extensos que edificaram o território que hoje corresponde à comunidade. Nesse primeiro momento, as famílias estabeleceram residências que inviabilizaram uma base territorial ou comunitária, como a que encontramos hoje.

Neste contexto, ocorre a formação familiar e a construção do sistema de roças, base da reprodução social do campesinato local. O trabalho que se forjou em Arapiranga estava estritamente ligado à roça, com uma agricultura diversificada baseada na produção de arroz, feijão, milho e farinha de mandioca. Desde a produção agrícola até as embalagens artesanais, tudo era feito pelos próprios camponeses, que confeccionavam paneiros, peneiras, tipitís, entre outros artefatos de origem indígena.

Com a construção da primeira igreja, na década de 1950, forjou-se uma identidade religiosa em Arapiranga. Ao redor da capela formou-se um arraial<sup>6</sup> e aos poucos as famílias foram fixando residências próximas umas das outras, criando, assim, uma relação de

---

<sup>6</sup> Em estudos realizados na comunidade do Cravo, Costa e Macedo (2010, p. 111-112) nos esclarecem como se deu a formação do arraial. “A capela foi construída no terreno do primeiro campo de futebol da comunidade, alterando substancialmente o arranjo espacial da vila com esta mudança. O que antes era um simples espaço de lazer passou a ser um ponto de referência para os moradores das margens do igarapé, trecho agora transformado em arraial, isto é, praça central, dotada de sentido festivo-religioso. Aliás, além de ser comumente nomeada a comunidade de Igarapé Cravo, ela passou a ser chamada também de Arraial após a construção da capela, principalmente por ser o lugar da ocorrência da festividade da padroeira. Trata-se da representação de um alargamento do tempo da festa religiosa, espécie de arraial permanente, embora associado à ideia de provisoriamente. Este alargamento temporal, por sua vez, se inscreve no espaço, como referência sócio-topográfica, que dá novo sentido ao arranjo das moradias em torno do largo gramado e central, demarcado pela presença de um “cruzeiro” em frente à igreja”.

vizinhança mais intensa. A partir de então, se consolida “as relações de vizinhança” que, “constituem entre a família e o povoado, uma estrutura intermediária que define o universo imediato da vida caipira, e em função da qual se configuram as suas relações sociais básicas” (CANDIDO, 1979, p.58).

O sentimento de vida em comum estrutura as comunidades camponesas no espaço agrário brasileiro, alicerçando um modo de vida a partir das relações tecidas por meio da terra, da família e do trabalho, que, por vezes, são amalgamados pela religiosidade. Tais categorias não podem ser pensadas separadamente, pois é no cruzamento entre elas que ocorre a sedimentação dos princípios e da ética camponesa (WOORTMANN, 1990). A roça, por exemplo, é arquitetada na terra por meio do trabalho familiar, ao passo que vários grupos domésticos se organizam internamente com o mesmo modo de produção. Isso nos mostra a formação de modo de vida em comum, que resultará na formação de uma comunidade. Na comunidade podem existir outras relações, que também poderão ser oficializadas por outros elementos, como a religiosidade.

Entende-se modo de vida como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a parte de relações pessoais e imediata, estruturadas em torno da família e de vínculos de sociabilidade, informação pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p. 145).

Partindo desta perspectiva Marques (2004), a comunidade camponesa constitui-se como um território de vida, para o qual são trançadas relações que se “distanciam” de uma realidade dominante do capitalismo. Apesar de certos valores e hábitos, gerados a partir da globalização, fazerem parte do cotidiano camponês, tal como o uso de celulares, eletrodomésticos, música, alimentação etc., estes não podem ser vistos como elementos transformantes da vida camponesa, mas como novas territorialidades que originam rearranjos nesse modo de vida.

Em Arapiranga, a comunidade é onde são articuladas todas as ações reais da territorialidade camponesa local, como o trabalho na roça, os rituais religiosos, ações de solidariedade, lazer etc. Neste sentido, “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Dessa maneira, a territorialidade camponesa em Arapiranga pode ser vista por meio das relações que os

indivíduos exercem entre si e com o meio natural do qual fazem parte, gerando, assim, o território.

Nesta perspectiva, o território se manifestará por meio da reprodução social e cultural desses sujeitos, que arquitetarão suas relações de poder no espaço. Neste sentido, “qualquer projeto no espaço que for expresso por uma representação revela a imagem de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Com isso, o território camponês pode ser preenchido pelas representações que norteiam o seu modo de vida, como o mutirão, o trabalho familiar, a roça, a religiosidade, entre outros elementos.

O território pode ser constituído por diversas forças que legitima a dominação e a apropriação dentro do espaço geográfico. Podemos dizer, então, que Arapiranga se constitui territorialmente em um lado político-econômico, por meio das relações produtivas e mercantis, até as relações cultural-simbólicas, por meio da religiosidade, festas e mutirões.

Assim, a dimensão territorial que constitui a comunidade camponesa de Arapiranga, surge na contramão do capital, sejam elas por meio das relações de vizinhança e religiosa, sejam por meio das relações produtivas. No entanto, não podemos esquecer que o camponês está inserido na sociedade capitalista, na qual comercializam suas produções com o mercado. Deste modo, o capitalismo pode ser reproduzido pelas relações não necessariamente capitalistas, e aí mora a sua contradição, em que o campesinato é recriado nas unidades territoriais, que aqui também chamamos de comunidade.

### **Da comunidade ao assentamento: o projeto PA Rio Bujaru**

Como vimos na primeira sessão deste trabalho, a comunidade do Arapiranga surgiu em um contexto histórico de ocupação bastante antigo, tendo as propriedades delimitadas pelas próprias famílias que adentraram pelo igarapé Arapiranga.

No decorrer da década de 1970, ocorreu, no município de Bujaru, a demarcação dessas terras tradicionalmente ocupadas, dando a estes posseiros a Licença de Ocupação<sup>7</sup>. Nesta demarcação estabelecida pelo INCRA, houve a conservação do tamanho dos lotes, que não eram necessariamente do mesmo tamanho. Desse modo, as famílias asseguraram a propriedade da terra com o mesmo tamanho da originalmente ocupada<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Esta Licença de Ocupação foi estabelecido pela lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976.

<sup>8</sup> Observamos que a regularização fundiária realizada no nordeste paraense foi diferente da efetivada ao longo das rodovias no sul e sudeste do Pará. Como uma área de ocupação mais antiga, no nordeste do Pará, o INCRA conservou o tamanho original dos lotes dos posseiros, não havendo um tamanho certo de cada propriedade.

No início do século XXI, o atual município de Concórdia do Pará esta passando por outros procedimentos de demarcação jurídica da terra sentada em três processos de regularização fundiária: Projeto de Assentamento, Remanescente de Quilombo e Terra Legal.

Concórdia tem dois assentamentos que foram feitos na modalidade de ocupação, que é o Inácia e o Santa Maria. Pessoal daqui mesmo que ocuparam, teve influência do pessoal de fora, mas na maioria é o pessoal da região mesmo. Aí, esses outros dois aí. Jutai mirim e PA Bujaru foram só transformado de área de regularização fundiária pra assentamento, com as mesmas famílias que já existiam na área (Manoel Alzerim, 13 de junho de 2013).

Neste depoimento, temos conhecimento de algumas comunidades que estão em processo de demarcação jurídica da terra. Alguns estudos em comunidades rurais no município de Concórdia do Pará, têm apontado para esses processos de regularização fundiária<sup>9</sup>. Por meio da leitura desses trabalhos e a partir da pesquisa feita em Arapiranga, notamos que estes processos têm se dado de forma lenta e, particularmente, gerando alguns conflitos internos nas comunidades, como o observado na comunidade do Cravo, onde partes das famílias se identificam como quilombolas e outras, não. O que ocasionou o não reconhecimento destas famílias como remanescente de quilombo pelo INCRA, mas que, por outro lado, obteve o reconhecimento pela Fundação Palmares<sup>10</sup>. A comunidade do Arapiranga também é outro exemplo deste processo, em que as famílias não se identificaram como remanescente de quilombo, o que não levou à frente o processo de reconhecimento.

Apesar de o INCRA já ter demarcado as propriedades da comunidade do Arapiranga na década de 1970, atualmente, o Instituto retornou à comunidade, oficializando outro processo de demarcação de concessão de uso da terra, processo feito agora por meio do Projeto de Assentamento do Rio Bujaru.

Este projeto de assentamento abrange quatro comunidades, duas do lado esquerdo do rio Bujaru – São Julião e Nova Conduta – e outras duas do lado direito – Arapiranga e Curuperezinho. O PA Rio Bujaru foi criado pela Portaria de Nº 93, de 30 de dezembro de 2008, abrangendo uma área 8.283,79 hectares, com capacidade para assentar 199 famílias, em

---

Enquanto que no sul e sudeste do Pará a demarcação deu-se com propriedade em 100 ha ao longo da rodovia, para fins de ocupação das sub-regiões.

<sup>9</sup> Ver Costa (2008) “Como uma comunidade”: formas associativas em santo Antônio/PA – imbricações entre parentesco, gênero e identidade; Santana (2010) Os caminhos da regularização fundiária no Município de Concórdia do Pará/PA; Malcher (2011) Territorialidade quilombola no Pará: um estudo da comunidade São Judas, Município de Bujaru e da comunidade do Cravo, Município de Concórdia do Pará.

<sup>10</sup> A Fundação Palmares foi fundada na década de 1980 com o intuito de promover e preservar a arte e a cultura afro-brasileira, atualmente vinculada ao Ministério da Cultura.



lotes de 25 ha. De acordo com dados do INCRA apenas 149 famílias fazem parte do projeto, e são distribuídas entre as quatro comunidades (INCRA, 2011).

Mesmo sendo divididas em quatro comunidades, fazendo parte da mesma região, cada uma delas possui sua autonomia jurídica afeita por meio de associações independentes umas as outras, que respondem diretamente ao INCRA. Em Arapiranga, o projeto de assentamento é representado pela Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento PA-Bujaru II, que também representa o Curuperezinho. Segundo José Luís Costa Belém, presidente da associação, na comunidade apenas 38 famílias estão cadastradas no projeto, mais outras 11 famílias da comunidade do Curuperezinho, finalizando num total de 49 famílias assentadas<sup>11</sup> do lado direito do rio Bujaru. Contudo, observamos que existem 78 pessoas cadastradas na associação, estando 29 famílias fora do projeto de assentamento.

Foi um processo muito longo porque sempre teve uma associação aqui na comunidade, mas não era área de assentamento. Foi de 2008 parece, 2008 pra cá. Aí, que veio o pessoal lá do INCRA né, conversar com a gente, fez uma reunião aí, e perguntaram se a gente queria se agrupar com o projeto de assentamento. Aí, ele colocaram as vantagens, as finalidades que tinha o assentamento, de como seria mais benéfico pra gente tá em área de assentamento. Porque muitas vezes a gente dependia muito de prefeitura né e área de assentamento não, a gente já ia direto com o INCRA, Governo Federal. Aí, nós reunimos e ficaria mais fácil pra gente trabalhar em área de assentamento, e daí pra cá a gente acertou lá o contrato com o INCRA (Nicilene Cardoso da Silva, 30 de maio de 2013).

Nicilene Cardoso da Silva, atual vice-presidente da Associação, nos dá pistas para entender o processo de transformação de Arapiranga em uma área de assentamento federal. Notamos que a partida para a inclusão da comunidade no projeto teve início por meio de uma proposta do INCRA, que, ao procurar a associação, informou da possibilidade das famílias adentrarem ao assentamento e das vantagens que teriam a partir de inclusas.

Apesar de parte das famílias já possuir o documento de concessão de uso da terra, expedida na década de 1970, a adesão para a criação do assentamento se deu em razão das vantagens que a comunidade passaria a ter em relação à infraestrutura e ao recebimento do fomento agrícola.

Sobre o que melhora com o projeto de assentamento, Nicilene Cardoso da Silva relata, “antes, a gente não tinha água, não tinha energia, não tinha ramal, aí depois que a gente

<sup>11</sup> Quando Arapiranga entrou em processo de assentamento, a comunidade precisava de um determinado número de famílias para garantir o projeto. Como não tinha adesão das famílias o suficiente, a comunidade de Arapiranga juntou-se com algumas famílias da comunidade do Curuperezinho, que se associaram à associação, e juntas aderiram ao plano de assentamento. Assim, o projeto de assentamento do lado direito do rio Bujaru passou a ter duas comunidades, dois territórios camponeses.

passou a ser assentamento é que a gente foi conseguiu nossas coisas, essas melhorias” (entrevista cedida em 30 de maio de 2013). Desse modo, para a interlocutora, é a partir de quando Arapiranga se torna um assentamento que a comunidade passa ter avanços para a comunidade, tal como água encanada, melhoria do ramal e habitação<sup>12</sup>.

Neste processo, a associação vai desempenhar um importante papel no diálogo com o INCRA.

Se não tiver associação não consegue nada. Porque a associação, ela é o principal órgão da criação do assentamento, que dizer, pode-se criar os assentamento sem ter associação, mas depois que criar o assentamento obrigatoriamente, tem que criar uma associação ou uma cooperativa, tem que ter uma entidade que possa responder, representar e responder pelos assentados. Por isso, que a associação ela é fundamental (Manoel Alzerim, 13 de junho de 2013).

Percebemos, nesta entrevista, que a associação é de fundamental importância na organização do assentamento. Sendo por meio dela que são feitos o direcionamento dos projetos e a coordenação dos encontros coletivos dos assentados. Deste modo, a associação responde diretamente ao INCRA, diminuindo o poder da prefeitura municipal no encaminhamento das verbas que são direcionadas a partir de então para a comunidade.

Sobre a associação, o atual presidente nos relata, “aqui, nós não tinha essa associação ativa, né. Ela existia, mas existia por outro. Hoje, ela tá ativo e o que a gente conseguiu através disso? A gente conseguiu colocar essas famílias em RB<sup>13</sup>, que não existia antes” (José Luiz da Costa Belém, entrevista cedida em 29 de março de 2014). De certa forma, a associação foi reativada para dar encaminhamento ao assentamento.

Os recursos que são direcionados à comunidade são direcionados para a conta da associação e, em assembleia, é decidido o destino do dinheiro.

O primeiro fomento a gente recebeu. O primeiro veio individual, agora saiu o coletivo. O coletivo é assim, o INCRA disponibiliza o valor total, que parece que é 3500 por família. Só que a gente não pode, cada um, pegar a sua parte, né. A gente tem que gastar coletivo. A gente reuni a associação e que o grupo quer, a associação faz uma votação e decidi o que fazer com o dinheiro. A gente reuniu né, a decisão que a gente achou viável, todo mundo que tá na sua área quer trabalhar, né. Então, a gente conversando e deu prioridade que a gente tá querendo comprar é um trator com arado, porque facilita muito nosso trabalho e não vai ficar difícil nem pra nós nem pro Curuperezinho (Nicilene Cardoso da Silva, 30 de maio de 2013).

<sup>12</sup> Contudo, é preciso ressaltar que a energia elétrica chegou à comunidade por meio do programa Luz para Todos. Porém, como este programa chegou ao mesmo tempo da implantação do assentamento, confundiu-se o programa com o projeto.

<sup>13</sup> Relação de Beneficiário.

Na fala de Nicilene Cardoso da Silva, percebemos que o destino do fomento é pensado por todos da associação, levando em consideração tanto as famílias de Arapiranga como as do Curuperezinho.

Com o PA Rio Bujaru, temos observado certa diferença em relação à demarcação realizada pelo INCRA na década de 1970. Como exposto anteriormente, na fixação realizada em 1970, o INCRA levou em consideração a área total que cada família possuía. Se, por exemplo, uma família tinha uma propriedade de 60 hectares, ela recebia o título de licença de concessão de uso para aqueles 60 hectares. Atualmente, cada família só tem direito de requerer 25 hectares de terra, tendo, portanto o tamanho de sua propriedade diminuída.

João da Silva Félix nos relata sobre a terra da família, “eram seis lotes, nós somos seis irmãos. Aí meu pai deu um lote pra cada um sabe. Terreno de herança era muito grande. Agora pelo INCRA ficou só três né, acho que diminuiu” (entrevista cedida em 28 de março de 2014). Desde modo, percebemos que por meio do PA Rio Bujaru, algumas famílias de Arapiranga têm suas propriedades diminuídas em relação à demarcação ocorrida em 1970.

Sobre o atual processo de assentamento, Oscar Rodrigues nos expõe que,

Desde 1970, foi requerida essa terra. Era herança, herança de avô, depois a mãe morre, aí eu requeri, eu requeri em 1976 esses dois lotes. Eu tenho um sobrinho aí dentro da terra que é pra ele requerer pra ele lá. Eu fico com o lote da frente e ele fica com o outro lá, a gente não pode perder. Me falaram que depois que a gente faz o assentamento, a gente não pode mais vender a terra. Esse lote vai ficar como do assentamento. Eu posso trabalhar lá dentro, posso fazer o que eu quiser, eu só não posso vender porque se torna terra da união já. Se fosse colocar em prática o que eles repassam pra gente, todo mundo era bem de vida. Tem uma empresa agora que ela veio fazer dois anos e meio, que ela vai fazer palestra pra nós. Eles venham dá muita instrução pra gente plantar, pra gente colher, por exemplo, eu não sei quantos sacos de farinha eu vendo durante o ano. Por exemplo, eles trouxeram até pasta agora com as folha e caneta. Por exemplo, do início desse ano, aí quando chegar no fim do ano eu tenho que saber quantos pacotes de farinha eu vendi, quantos quilos por exemplo eu vendi. O que colher né. Aí é pra nós somar tudo e ver se a gente teve lucro ou prejuízo. Aí eles dão palestra como a gente tem que plantar, como a gente pode plantar, eles ajudam muito (28 de março de 2014).

Neste depoimento, notamos parte dos dois processos de regularização fundiária ocorridas em Arapiranga. É importante salientar, que o atual projeto de assentamento, tem sido acompanhado por uma empresa terceirizada que, com o financiamento do INCRA, tem prestado assistência às famílias de Arapiranga. Contudo, percebemos que está assistência tem causado pouca interferência na rotina de trabalho dos camponeses, principalmente, por não haver um investimento real para a pequena agricultura.

De certa forma, com o assentamento, o Governo espera sistematizar melhor a produtividade da agricultura camponesa, que, na maioria das vezes, é realizada sem muitas

preocupações em relação aos cálculos financeiros. Como a produção é direcionada mais pela necessidade familiar do que pela anexação de lucro, no final do ciclo produtivo, é quase impossível averiguar se houve ou não lucro com a roça.

Apesar do projeto de assentamento sugerir a diminuição ou a perda da terra, alguns camponeses têm seguido estratégias para assegurar a posse da terra dentro do núcleo familiar.

Eu tenho dois lotes. Eu tenho aquele lá onde tem dendê é um lote só. E desse igarapé pra cá até o fim desse vizinho que termina lá do lado eu comprei dois lotes, Só que esses três lotes depois que fizeram uma reunião aí com o pessoal do Incra, eles disseram que não, que eu tinha que dividi, que eu tinha que ficar com um lote. Dá um lote pra outro filho e o outro pra outro filho, que era pra todo mundo trabalhar (Jonas Ferreira Belém, 29 de março de 2014).

A fala de Jonas Belém faz menção que divisão da terra com os filhos é uma estratégia para a terra continuar pertencendo à família. Deste modo, notamos que não há perda da terra, mas uma divisão entre o núcleo familiar extenso. Geralmente, aqueles filhos que foram embora da comunidade ou trabalham como assalariados são quase sempre excluídos desse processo.

Santana (2010), ao estudar a comunidade Jutaí, também localizada na bacia hidrográfica do rio Bujaru, nos apresenta um caso semelhante ao do Arapiranga. Para a autora,

Uma situação que chama a atenção neste processo de criação de assentamento é que as terras, que na sua maioria são de herança, possuem uma área bem maior que a que o INCRA estabeleceu por família, os 25 ha. Diante desta situação, os pais se veem obrigados a fazer a divisão das terras entre os filhos, mesmo que estes ainda não tenham constituído família. Esta seria a estratégia utilizada para manter as terras com a família. É o Estado impondo suas regras de acesso à terra, ditando quem, quanto pode ser acessado e quando, contrapondo-se assim as formas tradicionais de acesso realizadas de acordo com as necessidades da família. Esta divisão das terras entre os filhos não quer dizer necessariamente que estes passem a morar nestes lotes recortados pelo INCRA, e nem que o lote vá ser logo utilizado para algum cultivo, pois o seu uso depende muito da necessidade de produção da família, da força de trabalho disponível e da quantidade e qualidade das terras ainda disponíveis para o cultivo (SANTANA, 2010, p. 82).

Notamos a partir da fala da autora, que a intervenção do Estado em Arapiranga não tem levado em consideração as reais necessidades desta população, principalmente, no que diz respeito a créditos agrícolas e a condições básicas, como educação e saúde. Durante a pesquisa de campo, não foi visto, por exemplo, nenhuma família que trabalha na roça, tendo financiamento do PRONAF, com exceção das poucas famílias que estão produzindo dendê.

A organização desse processo de regularização fundiária em áreas tradicionalmente ocupadas tem gerado alguns conflitos internos na comunidade. Alguns casos particulares têm

ocorrido nesse processo em Arapiranga. Observamos, em uma das reuniões da associação, o caso de uma família que implantou um projeto de dendê em um lote de terra de um ancestral comum (por exemplo, a terra que pertencia ao pai ou ao avô). Porém, quando saiu o título desse mesmo lote, a terra saiu no nome de outro integrante da família, que agora estaria interessado em produzir dendê e não teria terra disponível no lote para o projeto. Logo, o beneficiado com a propriedade saiu prejudicado, e não poderá usufruir integralmente da terra adquirida.

Outro caso encontrado foi o fato de uma família estar no projeto de assentamento, possuir o título de licença de concessão de uso, mas não residir em Arapiranga. Isso, de certa forma, constrange os outros assentados, principalmente pelo fato de na comunidade haver pessoas sem terra para trabalhar. Percebemos, dentro do assentamento, certo movimento para retirar tal família do projeto.

Se no passado, as divisões das propriedades se davam com árvores de grande porte, hoje o limite feito é por meio dos picos. Contudo, notamos certo desinteresse de algumas famílias em delimitar e mesmo em manter os picos entre as propriedades, o que tem gerado dificuldade na demarcação dos lotes.

Uma observação importante a ser feita é em relação à área de patrimônio da comunidade. Tal área corresponde a um lote de terra, e, até então, era um patrimônio ligado à Igreja Católica, tanto que as Igrejas Protestantes não tiveram permissão de construir seus prédios nessa área. Contudo, observamos na reunião da associação, que esta pode requerer para si a titulação da área, deixando de ser um patrimônio religioso, para se tornar um patrimônio jurídico administrativo ligado à associação. Sobre algumas indagações a este respeito, o presidente José Luís Costa Belém respondeu que “a associação é comunidade e a comunidade é associação”, estando um embutido no outro<sup>14</sup>.

Deste modo, notamos que a formação do assentamento tende a criar rearranjos territoriais na configuração da comunidade, deixando de ter apenas uma relação predominantemente religiosa, criando relações de interesse mais políticos, não excluindo as relações religiosas como atos políticos.

---

<sup>14</sup> Importante frisar, que a terra do patrimônio da comunidade também possui título expedido na década de 1970, pelo INCRA, em nome da Paróquia de São Joaquim (na época Arapiranga pertencia a Bujaru). Porém, segundo Maria das Graças Costa Belém, o documento foi perdido.

Ouvimos em campo que a construção do posto de saúde de Arapiranga foi feita por intermédio das relações que giram em torno de ações ligadas à Igreja, que por meio de festas e cultos, mobilizaram as famílias para angariar fundos e mão-de-obra para a construção do prédio. Com a criação do assentamento, as relações tendem a passar pela associação, que dirige parte das ações coletivas da comunidade, como a construção da caixa d'água, a manutenção do ramal, entre outros projetos. Por outro lado, com o assentamento, a associação pode também propiciar projetos individuais como, por exemplo, a construção das casas de alvenaria e o recebimento do fomento para a compra de utensílios domésticos.

Como vimos anteriormente, nem todos os associados estão no projeto de assentamento, ou seja, mesmo aquelas famílias que não têm terra fazem parte da associação. Isso tem ocorrido, principalmente, como uma estratégia para garantir a casa de alvenaria que o programa Minha Casa Minha Vida possibilita aos moradores de baixa renda no município de Concórdia do Pará e, este processo nas mãos da associação, a possibilidade de uma família ser contemplada torna-se mais fácil.

Até o momento do final da pesquisa (abril de 2014), já tinham sido liberadas 30 casas. Essas casas (algumas já construídas e outras em construção) situam-se na própria vila, em alguns casos, próximas das antigas casas de madeira. É preciso frisar que a demora por parte da empresa que está construindo as casas, causa descontentamento por parte das famílias. Além da demora, em uma das últimas visitas à comunidade, recebemos a notícia que os pedreiros tinham abandonado as construções, largando na comunidade, inclusive, os materiais de trabalho e alguns objetos pessoais.

É preciso destacar que este assentamento entra nos dados oficiais de reforma agrária. Contudo, observamos que o que ocorreu foi mais uma regularização, a emissão do título para posseiros que há décadas residem na terra. Com isso, não houve a desestruturação da concentração da terra, e, sim, mantém-se a concentração e dilui-se os dados da reforma agrária com a regularização de posseiros que já estão territorializados.

Podemos constatar que o atual governo optou pela intensificação da tendência de assentamentos em áreas da Amazônia. Esses projetos são criados por meio de desapropriações, mas predominantemente pela regularização fundiária. Esses projetos afetam lentamente a desconcentração de terras no país. Por outro, estes assentados impedem, ao menos no âmbito legal, o avanço do agronegócio nas regiões onde foram implantados, pois as famílias assentadas nestas áreas são responsáveis pela preservação e manejo destas terras (FERNANDES, 2008, p. 299).

Partindo desta assertiva de Fernandes (2008), percebemos que desde o Governo Lula, a atuação do Estado na Amazônia tem se dado mais na regularização fundiária de áreas

tradicionalmente ocupadas do que na constituição de novos assentamentos rurais, via desapropriação dos latifúndios.

A garantia do título de concessão de uso da terra para os camponeses de Arapiranga é a segurança que eles têm de manter a terra para as suas futuras gerações. Tornando-se, de certa forma, uma barreira para o avanço da agricultura capitalista no município de Concórdia do Pará.

### Considerações Finais

Ao adentrarmos em Arapiranga, notamos que as famílias têm buscado estratégias para não perder a terra, redistribuindo entre os filhos o direito de requerer os lotes, reorganizando a propriedade por meio do núcleo familiar extenso. De certa forma, o assentamento marca a presença do Estado na comunidade, mesmo que de forma incipiente, isto não se traduziu em melhorias significativas para as famílias da comunidade.

A pesquisa nos revela como tem se dado parte da regularização fundiária efetivada nos últimos anos pelo Governo Federal. Em certo ponto, a criação do Assentamento freia a expansão dos latifúndios, contudo, não desapropria as terras improdutivas, reafirmando no espaço agrário brasileiro *Ilhas de reforma agrária no oceano do latifúndio*<sup>15</sup>.

### Referências Bibliográficas

- CAÑETE, V. R. **Meio ambiente e saber local: mudanças ambientais e o fazer agrícola em um grupo camponês do nordeste paraense – Nova Redenção/Concórdia do Pará**. In: Seminário Internacional Águas da Pan Amazônia: marcos regulatórios, visões de atores políticos e estratégias, Belém-PA, 2005b.
- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meio de vida**. 5º ed. São Paulo: Livraria duas cidades, 1979.
- CASTRO, E. **Terras de preto entre rios e igarapés**. In: CASTRO, E. (Org.). Belém de Águas e Ilhas. Belém: CEJUP, 2006, p. 137-160.
- \_\_\_\_\_. **Quilombolas de Bujaru. Memória da escravidão, territorialidade e titulação da terra**. Belém:UFPA/NAEA/UNAMAZ,2003.
- COSTA, A. M. D. & MACEDO, C. O. **“Festa de antigamente é que era festa”:** memória, espaço e cultura numa comunidade camponesa do nordeste paraense. **Revista Estudos Amazônicos**. vol. V, nº 2 (2010), pp. 105-124.

<sup>15</sup> Ver a dissertação de mestrado de Cátia Oliveira Macedo, titulado *Ilhas de Reforma Agrária no Oceano do Latifúndio: a luta pela terra no assentamento 17 de abril-PA*.

- FERNANDES, B. M. Entrando no Território dos Territórios. In: PAULINO, E. T. & FABRINI, J. E. (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-301. (Coleção Geografia em movimento)
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2008.
- HÉBETTE, J. & MOREIRA, E. S. A macha do trabalhador do campo rumo à cidadania. In: HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004, p. 25-41. V. 4.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. INCRA, 2011.
- LOUREIRO, V. R. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. Belém: IDESP, 1989.
- MARIN, R. E. A. **Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX**. Paper do NAEA, outubro de 2000.
- MARQUES, M. I. M. O lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. & MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004, p. 145-158.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTANA, R. M. **Os caminhos da regularização fundiária no município de Concórdia do Pará/PA**. São Paulo: FFLCH/USP, 2010. (Dissertação de Mestrado)
- VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo-Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- WOORTMANN, K. **“Com parente não se negocia”:** o campesinato como ordem moral. Anuario Antropológico/87. DF: Editora universidade de Brasília, 1990.